

Como o tarifaço pode melhorar a alimentação dos brasileiros



» **JOSÉ GRAZIANO DA SILVA**
» WALTER BELIK
Fundadores do Instituto Fome Zero

O recente “tarifaço” imposto pelo governo Trump sobre produtos agrícolas exportados — incluindo frutas, verduras e legumes — pode gerar um efeito inesperado no Brasil: o aumento da oferta de alimentos saudáveis e de melhor qualidade no mercado interno. Trata-se de uma janela de oportunidade que, se bem aproveitada, pode promover mudanças estruturais positivas na alimentação da população e no sistema de abastecimento local.

Mais do que apenas evitar prejuízos aos grandes produtores que perderão parte de seus mercados externos, essa conjuntura representa uma chance concreta de enfrentar a má nutrição, especialmente entre os mais pobres. O Brasil vive uma contradição: embora produza frutas e hortaliças em abundância, boa parte da população consome menos do que o mínimo recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) — 400g por pessoa —, devido ao seu preço elevado.

Segundo o relatório mais recente *O estado da segurança alimentar e nutrição no Mundo* (Sofi, 2025), o Brasil saiu novamente do Mapa da Fome, com a prevalência de subalimentação caindo para menos de 2,5% da população. Ainda assim, cerca de 7 milhões de pessoas enfrentam insegurança alimentar severa. Quando somadas àquelas em situação de insegurança alimentar moderada, esse número salta para cerca de 28 milhões de brasileiros que passam fome em 2024.

Maurenilson Freire



Saúde no banco dos réus



» **MARCELO BARENCO**
» HIZA CARPINA
Promotores de justiça de defesa da saúde

UPAs superlotadas, unidades básicas com equipes incompletas, óbitos evitáveis ocorrendo por falta de atendimento tempestivo, dor e sofrimento, nervos à flor da pele: um cenário perfeito para os lamentáveis casos de violência vistos recentemente. A crise na saúde pública do Distrito Federal não é um problema recente. Tem um longo histórico de disfunção estrutural, causada não apenas por ineficiência das gestões, mas por limitações orçamentárias, falta de investimento, processos de trabalho obsoletos, carência de profissionais, alto índice de absenteísmo, ausência de transparência da capacidade instalada e produtividade, desperdício e corrupção.

O SUS é um patrimônio nacional. Veio para substituir o extinto Inamps, um sistema de saúde desigual e seletivo, que beneficiava apenas aos trabalhadores com carteira assinada e seus dependentes. Aqueles que não contribuíam para a Previdência Social tinham que recorrer às instituições filantrópicas, as famosas santas casas. Ao contrário, o SUS propõe a busca pelo bem-estar de toda a população e a garantia do direito à saúde de forma integral, universal e gratuita a todos os cidadãos.

A rede pública de saúde do Distrito Federal atende cerca de 2,8 milhões de pessoas, das quais

Mais alarmante ainda é o aumento do custo diário de uma dieta saudável no país nos últimos anos. De acordo com o Sofi, o valor subiu quase 50% — de US\$ 3,15 em 2017 para US\$ 4,69 em 2024. Estimativas indicam que quase metade do custo dessa cesta saudável se deve às frutas, verduras e legumes. Esse aumento está ligado, em grande parte, ao desmantelamento dos circuitos locais de produção e distribuição — como feiras livres e sacolões —, deixando o abastecimento praticamente nas mãos dos supermercados.

O relatório aponta ainda que a parcela da população brasileira capaz de pagar por uma dieta saudável caiu de 27% em 2017 para menos de 24% em 2024. Isso significa que apenas uma em cada quatro pessoas tem acesso a uma alimentação equilibrada. Em números absolutos, mais de 50 milhões de brasileiros não conseguem pagar por uma dieta saudável que contenha frutas, verduras e legumes.

Esse acesso limitado ajuda a explicar por que a obesidade já atinge mais de um quarto da população adulta, convivendo com deficiências nutricionais e dietas ricas em produtos ultraprocessados. A má qualidade da alimentação gera custos elevados para o sistema de saúde e impacta negativamente a produtividade.

O governo anunciou um pacote econômico para compensar as perdas dos exportadores brasileiros com o tarifaço. Foram prometidos R\$ 30 bilhões em créditos com juros subsidiados, além de outras medidas, como o aumento das compras públicas de alimentos perecíveis para a alimentação escolar. Nesse contexto, absorver no mercado interno parte do excedente não exportado ganha relevância estratégica. Integradas a políticas públicas já existentes, como o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), essas iniciativas podem fortalecer a agricultura familiar,

melhorar a oferta e reduzir os preços ao consumidor. Desde 2009, pelo menos 30% das compras para a merenda escolar devem ser feitas junto à agricultura familiar. Apesar das dificuldades, estudos mostram que, em média, 24% dessas compras têm origem na agricultura familiar.

Entre as cadeias produtivas mais afetadas pelo tarifaço, estão aquelas voltadas a especialidades regionais, como o açaí da Amazônia, o mel do Piauí, o café do sul de Minas Gerais e as frutas do Vale do São Francisco. Já as grandes cadeias, como suco de laranja, etanol e carnes, contam com lobbies poderosos nos EUA, capazes de negociar exceções ou redirecionar exportações para outros mercados.

O setor de supermercados começou a se reposicionar: cerca de 10% do faturamento das redes já vem da venda de frutas, verduras e legumes. Mas a oportunidade vai além do setor privado. Canais curtos de comercialização — como feiras livres, mercados municipais, sacolões e redes locais — precisam ser fortalecidos para ampliar a capilaridade da distribuição.

Paradoxalmente, o tarifaço de Trump pode ser a chance de corrigir distorções históricas no sistema alimentar brasileiro. Ao longo das décadas, o abastecimento foi moldado por um modelo de autosserviço e pela indústria de processados, que marginalizou os produtos frescos. Se aproveitarmos essa conjuntura para priorizar a produção local, valorizar circuitos curtos e ampliar o acesso da população a frutas, verduras e legumes, daremos um passo decisivo para transformar a qualidade da dieta no país.

O Brasil já mostrou, com o Fome Zero e o fortalecimento da alimentação escolar, que pode responder rapidamente a desafios estruturais quando há coordenação entre governo, setor privado e sociedade civil. Agora, o desafio não é apenas garantir que todos tenham o que comer, mas que possam também se alimentar bem.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@adabr.com.br



Rumo ao futuro

Nesta altura dos acontecimentos, não chega a ser segredo para ninguém que o Brasil caminha ao encontro de uma encruzilhada decisiva, onde terá que escolher figurar entre as nações do mundo com a maior carga tributária bruta, superior a 32% do PIB, ou virar totalmente as costas para a atual política econômica. Para um país do tipo emergente, como somos, temos uma carga tributária extremamente alta, vis a vis o retorno desses impostos em forma de serviços básicos para a população.

Na velocidade em que vamos distorcendo os primados da economia, como no caso da relação entre receitas e gastos, logo seremos um país a exibir a maior carga tributária do planeta. O problema aqui, além da insistência do governo em seguir gastando além das possibilidades reais do país, é que nossa nação adentrou em um processo perigoso e rápido de envelhecimento da população, numa transição demográfica mais veloz ainda, com pessoas vivendo mais tempo e com um pequeno número de crianças nascendo.

Essa defasagem é perigosa não só para o Brasil, mas para qualquer outra nação, pois esse desequilíbrio acaba por pressionar a Previdência e a saúde pública, que representam os dois gastos mais importantes e volumosos do governo. Para aqueles que conhecem esses cálculos a fundo, chama a atenção o fato de que cada 1% no nível de envelhecimento da população está associado diretamente a um aumento maior do que 1% na carga tributária. Trata-se de uma pressão para lá de preocupante. É o caso clássico do indivíduo que envelheceu antes de garantir seu sustento na velhice, quando sua força de trabalho diminui.

A carga tributária tende a ser mais elevada em países que envelheceram mais. E isso, no nosso caso, pode ser um desastre sem precedentes. Some-se ao envelhecimento da população o fato de que apresentamos também um elevado nível de desigualdade social e econômica. Postos juntos na balança, esses problemas estruturais se transformarão no maior desafio a ser enfrentado neste século e com sérias consequências para as futuras gerações. A grande questão, quando se pensa em equacionar toda essa aritmética enviesada do Estado, é que não se pode confiar cegamente nos dados fornecidos por qualquer instituto de pesquisa.

O que se sabe e se sente na pele é que a carga tributária consome mais de um terço de toda a riqueza produzida e segue aumentando em ritmo veloz. Com isso, a dívida bruta já ultrapassa 76% do Produto Interno Bruto (PIB). A inflação mensal e anual é o que as donas de casa sentem ao irem ao mercado. Meio quilo de café a R\$ 40. Não bate com o que divulga o governo, como sendo 5,23% nos últimos 12 meses.

A taxa de fecundidade, em torno de 1,55 a 1,57 filho por mulher, está bem abaixo do nível de reposição, o que pode ser interpretado como um aviso de que os jovens não se sentem seguros com relação ao futuro, o que, naturalmente, faz cair a taxa de natalidade. Com cada vez menos pessoas contribuindo para a Previdência e com a população envelhecendo rapidamente, o Brasil tem, obrigatoriamente neste século, que resolver essa equação, sob pena de vermos a estagnação total do país a médio prazo.

Em algumas décadas, caso essa situação não se reverta, teremos mais idosos do que jovens, o que provocará a falência da Previdência tal qual a conhecemos, assim como do sistema de saúde pública. Para governos que têm como horizonte político apenas as próximas eleições, todo esse conjunto de problemas estruturais do país acabam sempre empurrados para um futuro distante.

Diante de um quadro tão complicado como o nosso, qualquer exercício de futurologia conduz-nos sempre ao pessimismo. Quer queira, quer não, toda a preparação para o futuro começa a ser feita ainda no passado, e isso é o que não temos feito. Projetos de Estado e de longo prazo não são levados a sério. Caso sigamos persistindo nessas condições, com crescimento fraco, inflação resiliente, Selic elevada por mais tempo, postergação de ajustes previdenciários/saúde, judicialização de despesas, desaceleração da execução da reforma e outros contratempos, simplesmente não há que se falar em futuro para o país e para os brasileiros, pois o que temos em mãos é a velha e conhecida vanguarda do atraso.

A frase que foi pronunciada:

“O Brasil não perde a oportunidade de perder oportunidades.”

Roberto Campos

História de Brasília

Na quadra 26 da W3 no último bloco dando para a W4, o proprietário de uma casa alugou sua residência a um guarda-móveis, e os caminhões de transporte tomam toda a rua durante quase todo o dia.
(Publicada em 8/5/1962)